

Políticas públicas e Direitos Humanos

*Autor: Maria Lúcia De Santana Braga**

O debate sobre as políticas públicas no Brasil envolve aspectos complexos. O modelo de Estado adotado é uma dessas variáveis que precisa ser compreendida. A reforma do Estado ocorrida na década de 1990 trouxe uma série de mudanças. Do modelo desenvolvimentista ao modelo liberal, o Estado brasileiro pretendeu nesse período assumir um perfil gerencial, com a redução do papel do aparelho estatal e o mínimo de interferência na economia e no mercado, com o aumento da eficiência e das condições de governança.

No entanto, especialistas como a cientista política Eli Diniz revelam que a reforma gerencial não atingiu boa parte dos seus objetivos e recolocou na agenda dos Estados Latino-americanos a necessidade de uma ação mais incisiva, com políticas públicas voltadas para a solução de inúmeros problemas econômicos, sociais e políticos.

O resgate do papel estratégico do Estado ocorre no primeiro mandato do Governo Lula, dando prioridade ao controle e à participação social, ao fortalecimento da cidadania e democratização dos processos decisórios. Nessa linha, a concepção predominante entende que as políticas públicas precisam contribuir, principalmente, para a superação das desigualdades econômicas e sociais, de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional e regional.

Um dos grandes desafios é garantir a transversalidade dos direitos humanos nas políticas públicas. Mas o que significa falar em transversalidade das políticas?

Conforme destaca o filósofo Bernard Stiegler, a transversalidade das políticas consiste na reorganização, na melhoria, no desenvolvimento e na avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização, com o objetivo de incorporar a perspectiva dos direitos humanos de mulheres, negros, idosos, crianças, adolescentes, lésbicas, gays e travestis nos processos de decisão, proporcionando a igualdade de oportunidades.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que incorporou pela primeira vez o levantamento das políticas de direitos humanos, é um instrumento importante para mapear o nível de institucionalização de várias ações e programas pelo Estado brasileiro.

De forma geral, a pesquisa mostra que a agenda dos municípios tem se aproximado das políticas públicas de direitos humanos, com a presença de órgãos gestores e incorporação de várias temáticas nos processos de decisão. Segundo a pesquisa, as políticas de direitos humanos mais comuns são as voltadas para crianças e adolescentes, presentes em pelo menos 88% dos municípios.

Divulgada em abril passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa também aponta os seguintes aspectos: a) 60% dos municípios têm ações para os(as) idosos(as), b) 25,3% dos municípios possuem estrutura específica de gestão na área de direitos humanos; c) 18,7% dos municípios possuem estrutura específica de gestão na área de gênero; d) 7,1% dos municípios têm delegacias especializadas no atendimento à mulher; e) 4,7% dos municípios têm casas abrigo para mulheres vítimas de violência.

O IBGE destaca que “os resultados da Munic 2009 apresentam grande variação entre as políticas sob responsabilidade desses órgãos [na área de direitos humanos] em cada município pesquisado. Essa variação reflete tanto o histórico dos movimentos como a demanda atual da população, sendo difícil uma separação entre esses dois efeitos dada sua natureza interrelacionada.” (1)

Portanto, a participação e o controle social são fundamentais para aumentar a cobertura das políticas de direitos humanos nos municípios e estados brasileiros. Tais políticas somente serão articuladas, transversais e efetivas por meio do fortalecimento e ampliação dos mecanismos governamentais e institucionais existentes.

Todo esse movimento poderá garantir a efetiva presença dos direitos humanos no Estado e na Sociedade, meta fundamental para a construção das sociedades democráticas e plurais.

() Doutora em Sociologia, socióloga da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e colaboradora do Diap. E-mail: mluciabraqa@uol.com.br*

(1) Ver IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros 2009, página 153, disponível em www.ibge.gov.br, consulta feita em 08/06/2010.